

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS
BACHARELADO EM FILOSOFIA

MARCIEL CLEMENTINO DA SILVA

**A ARTE DE GOVERNAR: UMA LEITURA DO LIVRO “O PRÍNCIPE” DE NICOLAU
MAQUIAVEL**

GOIÂNIA – GO
2020

MARCIEL CLEMENTINO DA SILVA

A ARTE DE GOVERNAR: UMA LEITURA DO LIVRO “O PRINCÍPE” DE NICOLAU
MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Me. Marcos Vinícius Ramos de Carvalho

GOIÂNIA – GO
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO
(aqui colocarão a que a secretaria irá dar)

À Virgem Santíssima, Maria. À minha Mãe, Maria Izoneide Lima de Almeida Silva, ao meu pai, Deneci Clementino da Silva, (*in memoriam*). À minha segunda família: Ordem do Frades Menores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Altíssimo e Sumo Bem, por ter-me chamado à vida e por sustentarme na caminhada. À Nossa Senhora *Regina Minorum*, por ter intercedido por mim, para que eu tivesse fortaleza e sabedoria para vencer e superar todos os desafios durante esses anos, como religioso e estudioso. À minha família, minha mãe, meu pai (*in memoriam*), meus irmãos e meus primos que sempre acreditaram em meu esforço.

À Província do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil, na pessoa de nosso Ministro Provincial, Frei Marco Aurélio da Cruz, OFM e do Secretário de Formação, Frei Jair Ferreira da Cruz, OFM, por acreditarem e confiarem em minha vocação. À minha fraternidade conventual, que ofereceu-me um ambiente fraterno e harmonioso, fraternidade na qual procurei vivenciar com alegria a minha consagração.

Ao Professor Me. Ir. Marcos Vinícius Ramos de Carvalho, C.Ss.R pela orientação, amizade e atenção e, por todo o empenho e dedicação no auxílio à mim oferecido, para a concretização deste trabalho monográfico. Ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG, pelo ambiente acolhedor e hospitaleiro. À todos os professores que estiveram comigo durante esses três anos.

Sou muito grato aos meus irmãos, Frei Marcos Magi e Frei Carlos Antonio, pelo auxílio prestado na realização da correção ortográfica deste trabalho. Agradeço, também, aos meus irmãos, Frei Carlos Costa e Frei Lucas Machado, que estiveram junto à mim nesses três anos de caminhada acadêmica, principalmente, por terem sempre estado disponíveis para ajudar-me no que fosse preciso.

Por fim, agradeço à todos os meus amigos e irmãos, que indiretamente e diretamente fizeram parte da minha formação neste período. Sou muito grato à todos! Que Nossa Mãe, Maria Santíssima, sempre possa retribuir-lhes por todo o bem à mim prestado, e que ela sempre lhes acompanhe durante este nosso peregrinar terrestre.

Salve Maria!

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo apresentar um estudo do pensamento do filósofo Nicolau Maquiavel, sobre a arte de governar a partir da leitura do livro “O Príncipe”. O pensador constrói sua filosofia a partir dos atos do passado e de uma análise objetiva da época. Apresenta um novo entendimento do exercício do poder que se passa no período da Renascença e que tem por base a realidade, com a visão do humanismo. Com o novo modo de pensar a política, Maquiavel aponta que há apenas duas formas de governar: que são em bipartição a república, aristocrática ou democrática e o principado, hereditário ou novo. Na concepção de Maquiavel para conquistar e se manter no comando de alguma dessas formas de governar é preciso de *virtù* para controlar a *fortuna*, a fim de permanecer no poder de um principado.

Palavras-chave: Maquiavel, Príncipe, *Virtù*, *Fortuna*, Poder.

ABSTRACT

The main objective of this monographic work is, to present a study about the thought of the philosopher Nicholas Machiavelli, about the art of govern from the reading of the "The Prince". The thinker build your philosophy from the past act and objective analysis in the epoch. Show one new understanding of the power exercise that passes during the Renaissance period and your base is in the reality, with the humanism vision. With the new way to think the politic, Machiavelli, point there are only two ways to govern: that are in bipartition the republic, aristocracy or democracy and the principality, can be heredity or new. In the concept of Machiavelli, to conquest and stay in the command in that ways the govern is needed the *virtù* to control the *fortuna*, to stay in the power of a principality.

Keywords: Machiavelli, Prince, *Virtù*, *Fortuna*, Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE NICOLAU MAQUIAVEL NO HUMANISMO	11
1.1 O FLORENTINO NICOLAU MAQUIAVEL: VIDA E OBRA.....	11
1.2 O HUMANISMO E O RENASCENTISMO FILOSÓFICO.....	13
1.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE AUTONOMIA DA POLÍTICA.....	18
2 AS FORMAS DE GOVERNO EM “O PRÍNCIPE”	23
2.1 REPÚBLICA E PRINCIPADO.....	23
2.2 ARTICULAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIDADE.....	28
3 A ARTE DE GOVERNAR	33
3.1 A CONQUISTA DO ESTADO: <i>VIRTÙ E FORTUNA</i>	33
3.2 A ESTABILIDADE DO ESTADO E A LÓGICA DA FORÇA.....	37
3.3 RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E POLÍTICA.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Quando comecei a estudar filosofia senti-me interpelado pela seguinte questão: qual o sentido de se estudar filosofia? Com o tempo, partindo desta pergunta, fui percebendo a importância da filosofia tanto para o mundo, de forma geral, como para a minha própria vida. Com o estudo aprofundado e reflexivo passei a compreender melhor o que, no meu entendimento, anteriormente, não era tão claro. Entre filosofias e pensadores, o que mais chamou a minha atenção foi Nicolau Maquiavel. Por meio da sua filosofia política, obtive a capacidade de pensar melhor a questão política atualmente.

Este trabalho tem como proposta apresentar a arte de governar conforme a abordagem de Nicolau Maquiavel de Florença, em sua obra “O Príncipe”. Neste sentido, perguntamo-nos: quais são as maneiras e ações que um príncipe precisa adotar para conquistar e manter-se no poder? Maquiavel dá instrução em sua obra de como um príncipe deve proceder, para isso é, necessário a *virtù*. No entanto, o que é *virtù* para Maquiavel? Responder a essa pergunta é fundamental, pois é preciso que o príncipe tenha eficácia política para dominar a *fortuna*.

Pensando a esse respeito, portanto, o que é a *fortuna* no contexto do filósofo? O florentino aponta duas formas de governos, todavia, quais são as formas de governo destacadas por ele em sua obra? Em seu pensamento político, o autor elucida uma teoria de governo e conceitos que se tornariam fundamentais para a compreensão da evolução da política no ocidente. É possível mesmo dizer que Maquiavel cria uma nova ciência política, focada tanto na conquista do Estado quanto na manutenção do poder.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a arte de governar em Nicolau Maquiavel, enfatizando os principais conceitos relativos à conquista e à manutenção do poder. Também tentará apresentar a contribuição do pensamento de Maquiavel para a compreensão do processo político. Para compreender quais são as ideias de governo, com as principais características inerentes à república e à monarquia a partir do pensamento de Maquiavel, o presente trabalho desenvolve uma interpretação sobre a leitura do florentino sobre conquista e a manutenção do poder soberano.

Em vista disso, tem como objetivo responder a seguinte pergunta fundamental: em que consiste a arte de governar? Na luz do pensamento de Maquiavel a arte de governar corresponde como conquistar o poder político e nele se

manter. Assim, o percurso que segue tomará como norte o que é apresentado na obra “O Príncipe”, e “Discursos”, também com a contribuição de seus comentadores, destacando seu contributo determinante para a compreensão da política desde o seu tempo até os dias atuais.

No primeiro capítulo trata-se da contextualização de Nicolau Maquiavel no humanismo. Maquiavel, além de político-filosófico, era poeta, músico e historiador. Com essas três particularidades ele formula seu pensamento político, observando a realidade do mundo e usando fatos exemplares. O modo de ver os fatos vai formando a sua metodologia. Para ele o Estado já não se constituía mais pelo que deveria ser, mas, no que de fato é, em outras palavras, na verdade efetiva das coisas. Dessa forma, ele estabelece uma nova teoria para uma autonomia política por meio do conhecimento alcançado nas observações.

Já no segundo capítulo são apresentadas as formas de governo conforme apontadas no “O Príncipe”. Alude-se às formas de governos que são feitas em bipartição: república e principado. A república pode ser aristocrática ou democrática, sendo que esta, por sua vez, pode ser ampla ou restrita. No principado também a forma de governo sofre uma bipartição, pois o príncipe pode ser tanto hereditário como também pode ser comandado por um governo novo, sem entender de como governar um Estado. Esses podem ser governados de dois tipos, pelo poder absoluto ou dividido com a nobreza. Além disso, é tratado também a articulação entre governo e sociedade que tem por base principal a educação, as leis, as instituições para que tenha harmonia no Estado.

Percorrendo esse formato no terceiro capítulo é descrito sobre a arte de governar. Tem como alicerce a *virtù* e a *fortuna* que são os principais articuladores da arte de governar. A *virtù* é que dá força para que o príncipe se torne um verdadeiro astuto. Força que não é apenas física, mas que se classifica de vários modos, a saber: pelas leis, educação, arte da guerra e pelas virtudes. Essas fazem o príncipe habilidoso, mas podem ser qualificadas como boas ou más dependendo do ponto de vista e das circunstâncias que podem desvincular da ética cristã e da ética normativa.

A filosofia política de Maquiavel consiste em orientar como o príncipe deve governar o Estado com equilíbrio. Ante essas possibilidades, o presente estudo pretende analisar as formas de governo, tal como exposto por Nicolau Maquiavel, ressaltando, sobretudo, como se dá a atuação do príncipe na gestão de um principado.

Assim sendo, como somos seres políticos e sempre estaremos em busca do conhecimento, segue nas próximas páginas um saber de como manter-se no poder.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE NICOLAU MAQUIAVEL NO HUMANISMO

O filósofo Nicolau Maquiavel, também historiador e poeta, constrói sua filosofia a partir dos atos do passado e de uma análise objetiva da sua época. Ele se utiliza dos fatos históricos para formular um novo pensamento político. Maquiavel tem por base a realidade e a visão antropocêntrica do humanismo que se desvincula do pensamento medieval. Deste modo, intui-se que a concepção de Maquiavel está basicamente fundamentada na manutenção do poder que se passa no período da renascença, período no qual há uma grande valorização da condição do homem.

A partir da observação dos atos dos governantes, tanto do seu tempo quanto dos tempos antigos, ele escreve uma obra intitulada “O Príncipe”, que é um manual com a finalidade de ensinar a arte de governar. Uma característica marcante dessa obra é a ideia de como um príncipe deve agir para garantir o seu domínio sobre o Estado. Com isso, o filósofo propõe um novo entendimento do exercício do poder, pois, por meio de novas perspectivas teóricas sobre a política, ele indica como ser um bom governante.

1.1 O FLORENTINO NICOLAU MAQUIAVEL: VIDA E OBRA.

Nicolau Maquiavel nasceu no dia 3 de maio de 1469, filho de Bernardo Maquiavel e de Bartolomea de Nelli. O pai atuava como advogado em Florença e apesar de sua família não ser rica, ele teve a oportunidade de estudar latim, gramática e grego, porém, no estudo do grego não foi bem-sucedido. No entanto, o jovem Maquiavel adquiriu um bom êxito no conhecimento dos clássicos da filosofia antiga (cf. WERTHEIMER, 1942). Segundo Capponi (1876 *apud* RIDOLFI, 2003, p. 20) Maquiavel “não teve sequer instruções de livros”, mas teve oportunidade de estudar o pensamento grego e outros livros de história e poesia, como por exemplo a poesia de Dante que muito o influenciou. Toda a formação de Maquiavel não o fez um doutor acadêmico, pois sua condição financeira não possibilitou um estudo universitário, porém tudo o que aprendeu foi como autodidata. Fica claro que o conhecimento absorvido o ajudou a ser um grande pensador, principalmente em política.

Além dos conhecimentos adquiridos por leituras, também é possível ver que ele teve a oportunidade de aprender com o turbulento contexto histórico de sua época. Lorenzo de Medici, filho de Pedro de Medici, administrava Florença: “a infância e a

adolescência de Maquiavel coincidiram com o período de Lorenzo. Ele contava 23 anos de idade por ocasião da morte de Medici” (WERTHEIMER, 1942, p. 39). Já com seus 29 anos e com uma experiência adquirida pelos seus méritos no conhecimento do mundo clássico, Maquiavel entra efetivamente para o meio político, primeiro como “secretário do segundo cartório dos *Signori*, e um mês depois secretário do Conselho dos Dez” (WERTHEIMER, 1942, p. 40). Esse conselho era responsável de proteger e organizar as questões diplomáticas de Florença.

Maquiavel, enquanto secretário do Conselho dos Dez, teve a oportunidade de alcançar certo crescimento no meio político, porém, não foi bem-sucedido no que buscava realmente que era uma atuação efetiva na política florentina. Contudo, através de suas obras, procurou dar uma contribuição teórica ao pensamento político. Além de político, também era poeta, músico e historiador e, por isso percebeu nos fatos históricos elementos significativos para construir seu pensamento político. Pois, é a partir desses episódios que o florentino fez sua filosofia concreta e prática.

Como escritor, Maquiavel escreve várias obras, cada uma com um grau de importância. Suas obras são classificadas, não só no contexto político-filosófico, mas também como “historiador, trágico e comediógrafo [...]. Mas a versatilidade de Maquiavel não se limita a esses três ramos da literatura” (WERTHEIMER, 1942, p. 193). Seus escritos são praticamente análises da realidade que observava em seu tempo e também de leituras do passado, como ele mesmo diz: “a ninguém deve parecer estranho o fato de eu citar longos exemplos, com frequência, acerca dos príncipes e dos Estados” (MAQUIAVEL, 2004 p. 55).

No tempo em que Maquiavel ficou exilado, ele “deixa ócio para ocupações literárias, escreve sem dar tréguas a sua pena, redigindo em incessante sequência obras dramáticas, filológicas, geográficas e estratégicas, poemas, romances em versos e em prosa” (WERTHEIMER, 1942, p. 193). No entanto, algumas obras são mais conhecidas como: “O Príncipe”, “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, “A Arte da Guerra”, “Mandrágora”. Além dessas, outras obras não possuem muito relevância no contexto político-filosófico.

A obra “O Príncipe” é a obra singular, pois ela explana uma teoria “de como conquistar Estados e conservá-los sob domínio; em síntese, um manual para governantes” (ESTEVAM, 2004, p. 5). Outra obra importante no contexto político-filosófico é o “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, que trata mais sobre questões das repúblicas. Na obra “Discursos”, Maquiavel faz “uma comparação entre

fatos antigos e contemporâneos, de modo a facilitar-lhes a compreensão” (MAQUIAVEL, 1994, p.18), ao leitor. Além do mais, Maquiavel escreveu ensaios de suas experiências fora de Florença: “Relatos sobre os fatos na Alemanha”, “Relatos das coisas da França”. Quando viajou para Lucca, escreve um pequeno ensaio, a saber: “Vida de Castruccio Castracani”. Além de tais obras, a pedido do Cardeal dei Medici (Giovanni dei Medici), futuro Papa Leão X, Maquiavel escreveu a “História de Florença”, mas essa obra “é menos um livro de História do que de crítica histórica” (WERTHEIMER, 1942, p. 198-199). E ainda como essas obras, o florentino Maquiavel também escreveu: “Diálogo sobre a Língua”, “Decennali”, “Asno de Ouro”, “A Clizia”, que é conhecida como Comédia em Prosa, “Belfagor”, “O Arquidiabo”, também a “Le Maschere” que não chegou até nós (cf. WERTHEIMER, 1942).

Num tempo de inovação e de mudanças, Maquiavel atuava no meio político como diplomata. Esse cargo ajudou-o bastante, pois o conhecimento que adquiriu neste meio foi mediante a observação, tanto por fatos atuais da época, como pelo conhecimento histórico-filosófico. O florentino teve contato com grandes reis, papas, cardeais e duques, como César Bórgia, filho do papa Alexandre VI, quem o mais inspirou para escrever o livro “O Príncipe”.

1.2 O HUMANISMO E O RENASCENTISMO FILOSÓFICO

Nicolau Maquiavel elabora seu pensamento político no século XV. Neste tempo se inicia uma nova época, a Idade Moderna, e com essa um movimento cultural chamado Renascença ou Renascimento. Esse movimento é caracterizado por uma revalorização da cultura greco-romana e trazia consigo uma cosmovisão marcada pelo antropocentrismo como forma de opor-se à visão profundamente teocêntrica até então. Com isso, o homem já não tem Deus como centro. A visão antropocentrista, por assim dizer, coloca o ser humano no centro do universo. Mas qual o motivo para o homem deixar o teocentrismo e passar para o antropocentrismo?

Neste período de mudança da forma de pensar, apresentam-se novas formas de buscar o conhecimento. A Igreja tinha o domínio do conhecimento da época e ensinava que Deus estava acima dos homens. Porém, essa explicação teológica do mundo já não bastava mais, e na busca de mais explicações o homem se enveredou por outros caminhos do conhecimento. Para haver mudanças, é preciso conhecer novas realidades para que, só então, surjam novas concepções.

No período da Renascença crescia um novo modo de pensamento e de busca do conhecimento através de novos métodos, “a fim de proporcionar uma caracterização da Renascença como um suposto ‘novo movimento filosófico’” (SKINNER, 1996, p.123). Esse novo movimento foi nominado de humanismo pelo “aspecto fundamental do *Renascimento*; exatamente o aspecto para o qual o Renascimento é o reconhecimento do valor do homem em sua totalidade, e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e o da história” (ABBAGNANO, 1982, p. 493). Esses quatro aspectos apontados são os que dão ênfase no humanismo, pois esse movimento proporcionou um impacto no pensamento político e social, (cf. SKINNER 1996), começando em Florença e estendendo-se por toda a Europa.

Como se sabe, o Humanismo “desabrochou e cresceu em Florença, nos inícios do século XV” (SKINNER, 1996, p.123). Neste período de transição que envolvia questões sociais e políticas, Maquiavel contribuía para o novo pensamento filosófico, tanto por estar no meio político que o atraía, como também por ser patriota. Neste tempo, Maquiavel compõe duas obras de grande importância para o Humanismo: O Príncipe e Discursos. Essas obras favoreceram o movimento literário e filosófico, pois neste tempo “na Itália do Renascimento reina grande confusão. A tirania imperava em pequenos principados” (ESTEVAM, 2004, p. 6).

Nessas duas obras são apontadas características da reflexão do novo pensamento filosófico. Em “O Príncipe”, Maquiavel ensina como um governante deve agir para assegurar o seu domínio e conservar o seu Estado. Já na obra Discursos ele aponta que “o valor fundamental é o da liberdade: é esse ideal, e não o da mera segurança” (SKINNER, 1996, p.176). Desse modo, Maquiavel é tido como humanista, porque aborda características que são próprias do homem como a astúcia e a busca da liberdade política, classificados em pontos essenciais do humanismo, que são:

O reconhecimento da *totalidade* do homem como ser formado de alma e corpo e destinado a viver no mundo e a dominá-lo; [...] o reconhecimento da *historicidade* do homem, isto é, dos vínculos do homem com o seu passado, vínculos que, de um lado, servem para uni-lo com esse passado, de outro, para distingui-lo e contrapô-lo a ele. (ABBAGNANO, 1982, p. 493).

No entanto, Maquiavel vive no tempo da Renascença e, no início desse período, o pensamento político vigente era o platônico e aristotélico, “até que Maquiavel, no século XV d.C., inaugura o novo pensamento da política” (CHAUI, 1994,

p. 218). Sabe-se que a ideia platônica sobre a verdadeira arte política está na concepção do homem virtuoso. Assim, é preciso que o homem seja sábio, forte e tenha virtudes para que haja justiça nas suas ações, de modo que as virtudes são primordiais na vida do homem. São elas que orientam os homens à uma conduta, que fazem com que haja harmonia entre eles. Conforme se pode ler:

Primeiro, a ideia da relação entre virtude moral dos governantes e qualidade do regime político (ideia que, no correr dos séculos, receberá o nome de Bom Governo). Segundo a da relação entre ciência da política ou saber teórico sobre a política e direito de governar (isto é, a política não é uma arte ou técnica de governo, mas a prática da justiça por aqueles que possuem a ciência do Bem Comum). Por fim, a ideia de remédios para combater ou curar a corrupção política, trazendo a perspectiva da medicina grega para o campo político, isto é, a ideia de que a regeneração ou saúde política, dependem do feliz encontro entre um bom governante e as circunstâncias ou a ocasião oportuna (o *kairós*). Essa ideia estará presente não só nos teóricos da política, incluindo Maquiavel, mas também nos historiadores políticos e será tematizada, na Renascença, como a relação entre a virtude viril do governante e a Fortuna (CHAUI, 1994, p. 218).

Sabe-se que para Platão o bom governante deve ser virtuoso, uma vez que, a virtude platônica é a “capacidade de atender a uma tarefa determina” (ABBAGNANO, 1982, p. 965). Pois é a virtude que estabelece que os homens alcancem a felicidade, por meio de uma harmonia, que tenham como guia as virtudes primordiais. Elas são facultadas aos que governam e aos que são governados, ou seja, aos demais cidadãos da *polis*. Mas, como o objetivo é falar sobre a arte de governar em Maquiavel, que criou o novo pensamento da política moderna, não irei aprofundar o pensamento platônico. Porém, tampouco deixarei de voltar nos filósofos antigos.

Sendo que Maquiavel tinha a prática de ler os clássicos da filosofia antiga e analisar os fatos históricos para que, a partir deles, pudesse criar um novo pensamento político, percebe-se, portanto, que o passado é o mestre para os que atuam no presente. Nesta visão, o historiador Maquiavel cria uma nova concepção de Estado. Antes de tudo, para melhor aprofundar-se no pensamento do filósofo, deve-se entender qual era a concepção de Estado que existia antes do florentino. Na filosofia de Aristóteles, o sistema vivido era a *polis*¹, que tinha como princípio as

¹ Aristóteles não tinha essa concepção de Estado, esse conceito “Estado” é próprio do pensamento moderno.

virtudes e, por elas, os cidadãos se orientavam, conforme Aristóteles afirma em sua obra “A Política”:

[...] é a própria virtude que, em nosso sistema, faz o bom cidadão, o bom magistrado e o homem de bem, e como é preciso começar obedecendo antes de comandar, o legislador deve cuidar principalmente de formar pessoas honestas, procurar saber por quais exercícios tomará honestos os cidadãos e sobretudo conhecer bem qual é o ponto capital da vida feliz (ARISTÓTELES, 1991, p. 55).

Como se vê, a educação destina-se a uma forma de vida perfeita que tem como guia a virtude, indicando a direção tanto aos homens em sua singularidade quanto à *polis*. No pensamento aristotélico a virtude se divide em quatro, classificadas como virtudes primordiais, são elas: a temperança, a fortaleza, a sabedoria e a justiça. Virtudes estas que são faculdades que os homens já possuem e que ajudam a formar uma estrutura no Estado para que subsistam em harmonia ou, melhor ainda, em uma felicidade que o Estado possa favorecer aos cidadãos. De maneira que, “o Estado é o sujeito constante da política e do governo; a constituição política não é senão a ordem dos habitantes que o compõem [...] o Estado consiste numa multidão de partes: é universalidade dos cidadãos” (ARISTÓTELES, 1991, p. 35). Porém, como é estabelecido a concepção da nova ideia política em Nicolau Maquiavel para o que o Estado se fortifique?

A estratégia política de Maquiavel começou a ser colocada em prática quando ele foi secretário em Florença. Quando, perspicazmente, ele usou a “eloquência, toda a sua lógica, toda a sua argúcia diplomática e tática para, aos poucos, persuadir também a cidade que a medida viria servi-lhe os próprios interesses, sem ameaçar a ninguém” (WERTHEIMER, 1942, p. 54).

Observando a realidade do mundo e usando fatos exemplares, Maquiavel legisla uma nova milícia em Florença. Para conseguir concretizar sua idealização precisou do apoio de outros, como o do general de Florença e o do Arcebispo. Com a ajuda destes conseguiu pôr o plano em prática.

O novo exército nacional teve novas regras, já que antes não tinha um padrão de regras rígidas. A inovação teve uma classificação adequada com padrões rígidos. Os soldados seriam alistados por seleção; todos os soldados teriam uma educação; não seriam aceitos homens da cidade de Florença e nem das cidades que fossem conquistadas. Com as questões postas, Maquiavel começa a alistar homens de outras

idades. A visão que possuía era que os homens de Florença não eram aptos para fazer parte da milícia, porém os oficiais deveriam ser de Florença, exceto o comandante. Ele sabia que se o comandante fosse de Florença poderia surgir uma ditadura (cf. WERTHEIMER, 1942), visto que, a sua única preocupação era que “lhe importava saber se crescia o poder do governador” (WERTHEIMER, 1942, p. 54).

Com esse ato de formar um exército nacional sem a participação de mercenários, “Maquiavel demonstrou que a política é um objeto humano. Portanto, passível de manipulação e cálculo. Seu pensamento político, assim explicitado, representa a gênese da ideia de Estado nacional” (FREITAS, 2007, p. 206). O florentino, além de realista e estrategista, soube bem colocar em prática aquilo que observava, de modo que ele mesmo criou uma milícia. De acordo com o seu pensamento, é preciso que um príncipe tenha alicerces firmes, através do apoio de homens poderosos como barões entre outros. Ele também necessita de dinheiro e de muitos homens para montar um exército, para enfrentar os salteadores (cf. MAQUIAVEL, 2004).

O governador deve assegurar o seu poder e ordenar bem o Estado, começando pelas instituições que o compõem, tendo por base a disciplina, pois um povo sem educação não tem harmonia. Sendo assim, é nítido que Maquiavel formula novas regras para que haja um exército melhor. Isso se deu porque ao observar a realidade das forças mercenárias percebeu:

[...] que são inúteis e perigosas. Se alguém mantiver seu Estado apoiado nessa classe de forças, nunca haverá de estar seguro; não se unem aos príncipes, são ambiciosos, indisciplinados, desleais, insolentes para com os amigos e covardes diante dos inimigos, não têm temor a Deus nem confiam nos homens (MAQUIAVEL, 2004, p. 85).

A conclusão é que Maquiavel compreendia os homens como sendo “ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro” (MAQUIAVEL, 2004, p. 106). Tendo o conhecimento do que o homem é capaz de fazer pelos fatos, o florentino formou uma nova concepção de Estado e, ainda, elaborou uma nova metodologia. Todavia, pode-se perguntar: como essa se forma?

Como já foi dito anteriormente o Estado, ou melhor, a *polis* para os filósofos antigos, como Platão e Aristóteles, possuía a função de proporcionar a felicidade aos cidadãos, que, por sua vez, deveriam guiar-se pelas virtudes. Porém, para o novo pensamento político realista do florentino, o Estado já não se constituía mais pelo que

deveria ser, mas, no que de fato é, ou melhor, na verdade efetiva das coisas. Maquiavel afirma em sua obra “O Príncipe” sobre o modo de ser e de se comportar do príncipe perante seus súditos e seus amigos:

[...] o modo como se vive e o modo como se deveria viver que aqueles que se ocuparem do que deveria ser feito, em vez do que na realidade se faz, aprender antes e própria derrota do que sua preservação; e, quando um homem deseja professar a bondade, natural é que vá à ruína, entre tantos maus (MAQUIAVEL, 2004, p. 99).

A concepção de ver a realidade faz-se útil para que depois os atos exemplares sejam colocados em prática, e o que não o são, sirvam, também, para não serem novamente cometidos. Esse modo de ver os fatos vai formando a metodologia do filósofo Maquiavel. Pois, para ele: “caminham os homens, em geral, por estradas já trilhadas. Aquele que é prudente, desse modo, deve escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens, e copiá-los (MAQUIAVEL, 2004, p. 55). Para o filósofo florentino o que caracteriza a arte de ser prudente está no conhecer para depois agir, e por isso, se deve ser astucioso, habilidoso e, se for preciso, frio, para a preservação do poder. Com essa arte de ver as coisas há uma inovação metodológica.

1.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE AUTONOMIA DA POLÍTICA

A partir das análises dos fenômenos políticos que ocorreram no tempo do Renascimento, Maquiavel inova o pensamento político com o modo metodológico realista que rompe com a teoria política de então. Porém, como se define este novo método, que se desvincula da teoria dos filósofos antigos e forma outro modo político? E, quais são os pontos que o faz criar uma nova metodologia? A convivência obtida por Maquiavel no meio político favorece o estabelecimento de uma nova ciência política. Ele formula sua teoria para uma autonomia política por meio do conhecimento adquirido nas observações das práticas dos príncipes.

Maquiavel se destaca como um autor renascentista por criar uma nova metodologia política. Neste contexto inovador, se poderia perguntar: qual o valor que a política passa a ter com Maquiavel? Ele pensa o termo política não em sua idealização, ou seja, como ‘deveria ser’, mas sim observa os fatos da realidade para formar uma nova concepção das coisas tais como são. Partindo dos fatos percebe-se que há uma inovação no modo de pensar politicamente, pois, anteriormente o método

usado na política era o dedutivo. Com o conhecimento das situações verídicas Maquiavel passa a não mais usar o método dedutivo, tampouco o especulativo, mas busca colocar em prática o método da indução, pois sua reflexão parte dos fatos concretos.

Essa ligação, por assim dizer, umbilical do pensamento maquiavélico com o momento histórico em que germinou, resulta da própria natureza do método inovador de que se serviu Nicolau Maquiavel para perscrutar as secretas molas do fenômeno político e conhecer a realidade de seu tempo, apreendendo as causas efetivas dos sucessos e dos fracassos políticos e descobrindo as razões concretas da grandeza e decadência dos estados. Um método que rompeu com a tradição teológica e silogística da Idade Média, durante a qual dominaram os raciocínios dedutivos fundados em princípios abstratos e verdades “a priori”, e que se fundou, ao contrário, na observação fria e objetiva dos fatos, recorrendo à experiência histórica e à indução para fixar as normas da conduta política, mais propícias a assegurarem a conquista e a preservação do poder político (SCOREL, 1976, p. 11).

Partindo das experiências o diplomata inova a arte da política, com conceitos básicos que definem a nova metodologia, esses são: antiutopismo, que desconsidera a imaginação, dado que ela não pode ser eficaz, pois, as coisas devem ser verdadeiras; utilitarismo, por certo o que escreve são coisas dos fatos reais e é útil para quem é astucioso; empirismo, analisar os fatos para colocar em prática; realismo, que tem a teoria do conhecimento real para evitar os erros que foram cometidos no passado (cf. SCOREL, 1979). O método criado por ele valoriza a sua própria ciência política, uma vez que o procedimento indutivo foi o meio de orientar o príncipe a assegurar o Estado.

Não parte Maquiavel jamais de postulados metafísicos ou teológicos, mas de realidades empíricas imediatas, colhidas ao vivo pela sua argúcia de observador político; e suas ideias nascem de uma conjunção dessas realidades com os ensinamentos bebidos nas obras do passado clássico (SCOREL, 1979, p. 13).

Maquiavel constitui uma nova metodologia empírica, que tem a indução por base primordial. Para se compreender esse mecanismo é preciso entender o que é a indução. Sabe-se que o homem por natureza é um ser político, como afirma Aristóteles, e nesta concepção entende-se que é natural o homem inventar procedimentos para subsistir. Com isso, Maquiavel indica um método para que o príncipe tenha poder e saiba conservar-se nele. A fórmula nova é constituída pela observação sistemática dos fenômenos que indica os caminhos, pois, a indução “é o

procedimento que dos particulares leva ao universal [...]. Aristóteles vê na indução um dos dois caminhos pelos quais conseguimos formar as nossas crenças; a outra é a dedução” (ABBAGNANO, 1982, p. 529). Porém, Maquiavel deixa à parte o método dedutivo e passa para a outra categoria, como se vê:

[...] posição metodológica coloca Maquiavel em contraste não apenas com os filósofos antigos e medievais, mas também com os tratadistas e utopistas do Renascimento, ocupando uns e outros em traçarem especulativamente as linhas fundamentais do governo ideal ou da comunidade perfeita; [...]. Para Maquiavel, na verdade, os governos imaginários abstratamente pelos filósofos não apresentavam qualquer valor; como observa Pasquale Villari, ao compará-lo com Aristóteles, este procura em substância aquilo que os homens e o governo deveriam ser, ao passo que Maquiavel declara inútil essa procura e deseja, ao invés, indagar o que são eles e o que na realidade podem ser (SCOREL, 1979, p. 12).

Percebe-se, assim, que para Maquiavel o ponto principal na nova metodologia é a observação dos fenômenos. Visto que, a partir das teorias é gerada uma autonomia. Esta é garantia dos homens, ou melhor, do príncipe de alcançar o seu objetivo principal, ou seja, manter-se no poder.

A autonomia política de Maquiavel tem por base os fatos, pois, as ações dos homens mostram realmente quem eles são. De modo que, a partir dessas ações, ele configura uma nova política que rompe não só com o pensamento dos gregos e medievais, mas também com o princípio ético de então e, principalmente, aquele da religião cristã. Maquiavel não cria uma idealização utópica, uma vez que o seu pensamento parte dos fatos realmente acontecidos, para que seja útil e eficaz. Como ele mesmo afirma:

Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos de que todos os interessados tirem proveitos, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. E muitos imaginaram repúblicas e principados nunca vistos ou reconhecidos como reais. Tamanha diferença se encontra entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver que aqueles que se ocuparem do que deveria ser feito, em vez do que na realidade se faz, aprendem antes a própria derrota do que sua preservação (MAQUIAVEL, 2004, p. 99).

Tendo como modelo e objeto de análise os príncipes, tanto os antigos como os contemporâneos, incluindo os eclesiásticos, Maquiavel usa como via as ações dos homens para criar a ciência política. Com isso, o favorecimento do rompimento com a ética-cristã tem forte ligação com a antropologia. Todavia, os próprios eclesiásticos da

época não estavam vivendo a moral cristã, já que suas ações visavam valorizar o poder temporal, de modo que:

Em face a estes, aparece todo tipo de dificuldades antes mesmo de que se os tenha, pois que se os conquista ou por mérito ou por fortuna. [...] Como são dirigidos por poderes superiores, que a razão do homem não alcança, evitarei falar a respeito; uma vez que esses Estados são instituídos e mantidos por Deus, seria, da parte do homem, presunçoso e temerário proceder de outro modo. Todavia, a quem me indagasse por que a igreja chegou a tanta grandeza no poder temporal, eu diria que, antes Alexandre, os potentados italianos [...] davam pouca importância ao poder temporal da igreja. (MAQUIAVEL, 2004, p. 81-82).

Subvertendo os princípios da ética e da religião, Maquiavel tende a sustentar a sua teoria por uma realidade objetiva, para, deste modo, formular a nova arte política. Nesta, busca chegar ao príncipe ideal que consiga assegurar-se no poder, ou melhor, fazer uma política eficaz, rejeitando a ética e os preceitos religiosos, e estabelecendo uma autonomia política. Em conformidade com a sua teoria, há ainda outros dois pontos que incorporam as perspectivas teóricas, que são: os exemplos dos antigos, pois, para ele, os homens sempre devem ter como modelos os caminhos já traçados; e, a virtude, dado que é por ela que o príncipe consegue ver a realidade e também retornar aos antigos. Sendo astucioso ele ganha força para controlar a *fortuna* que venha a se contrapor ao seu governo, e, para isso, “é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade” (MAQUIAVEL, 2004, p. 99).

Para que a autonomia política seja mais ativa é preciso considerar tanto a realidade objetiva quanto os dois pontos expressos acima, de modo que, os três são o feito adequado para a nova ciência, sendo que o realismo e o retorno aos antigos são conduzidos pelo terceiro, este que favorece poder ao príncipe. Um poder que não permanece no mundo das ideias, mas, que verdadeiramente possa ser exercido com toda a força para governar um Estado, com medidas próprias, de acordo com a necessidade. O exercício do poder pela autonomia política só é praticado pela força e pela coragem do príncipe. Com essas características e, ainda, usando a liberdade, o príncipe se distancia da moral social vigente, pois, quando há liberdade de usar a força para produzir o efeito desejado, para se manter firme no poderio e para garantir o Estado, ele passa a usar seus princípios, como se pode ler:

Ao príncipe, assim, não deve importar a pecha de cruel para manter unidos e com fé os seus súditos, pois, com algumas exceções, é ele mais piedoso do que aqueles que, por clemência em demasia, permitem o surgimento de desordens, das quais podem originar-se assassinios ou rapinagem. Tais consequências são nocivas ao povo inteiro, e as execuções que vêm do príncipe ofendem somente um indivíduo (MAQUIAVEL, 2004, p. 105).

O poder não está condicionado somente na força violenta e na coerção, mas, também, está relacionado com a astúcia. Uma vez que um príncipe, que tem méritos, sabe perfeitamente como conquistar o povo e dominá-lo, sem usar a repressão e a violência para a manutenção do poder no e do Estado. A este respeito Maquiavel afirma que:

[...] caso o príncipe saiba comandar e seja alguém de coragem, que não desanime nas desventuras, tome todas as precauções e tenha inspirado, pelo próprio mérito e pela conduta, confiança no povo, nunca será enganado por ele, e há de constatar que seus alicerces estão reforçados (MAQUIAVEL, 2004, p. 76).

Pode-se afirmar que o poder sempre será estimado e desejado por todos os que governam, por isso, no pensamento de Maquiavel, o príncipe será capaz de fazer qualquer coisa para assegurar-se nele. Portanto, pode-se compreender que é o poder que condiciona o Estado, no entanto, para que ele se prevaleça deve ter por base a força física e a força do povo. Pois, quando as pessoas obedecem ao príncipe, o Estado é controlado e sustentado, de modo que, os principados e a república só subsistem se garantida a harmonia com o povo, pois, sem povo não há nem príncipe nem república.

2 AS FORMAS DE GOVERNO EM “O PRÍNCIPE”

As formas de governo são constituídas para que a sociedade subsista em harmonia. Logo no início da obra “O Príncipe”, Maquiavel aponta as formas de governos que são feitas em bipartição. Consequentemente, na sua concepção, há apenas duas formas de governar: república e principado. Uma república pode ser aristocrática ou democrática, sendo que esta, por sua vez, pode ser ampla ou restrita. Um principado pode ser hereditário ou novo. Convém recordar que um principado é um regime monárquico de governo. O filósofo faz suas análises políticas observando a dinâmica dessas duas formas de governo em diferentes contextos históricos. No entanto, na obra “O Príncipe”, ele se ocupa exclusivamente dos principados², descrevendo a necessidade de uma articulação entre governo e sociedade. Desse modo, a educação às leis e as instituições são a base principal dessa articulação que torna propícia a harmonia.

2.1 REPÚBLICA E PRINCIPADO

De que modo essas formas foram criadas e instituídas? Tanto na república quanto no principado Maquiavel aponta formas distintas de estar no poder, de governar um Estado. Como se sabe, os homens antes subsistiam como animais, não tinham uma ordem para viver em harmonia. Mas, com o conhecimento e o crescimento da população humana, foi preciso constituir estruturas para que eles permanecessem em ordem, para o bem de todos. Com isso, foram instituídas as primeiras noções de justiça, para que houvesse ordem entre os homens, por meio de leis estabelecidas.

Entretanto, para que essas leis fossem cumpridas foi preciso que alguém pudesse determiná-las, para que assim a população obedecesse. Deste modo, as leis que foram instituídas ordenaram a desordem, proporcionando a harmonia por meio da justiça (cf. MAQUIAVEL, 1994). O que estava sem domínio e disperso passou a ter um líder, que possuía poder de comandar e criar leis, para governar os demais. O Estado é mantido pelo poder que é sustentado por leis, fazendo com que os governados se conservem em harmonia entre eles mesmos e entre os que os

² Na obra “O Príncipe”, Maquiavel ocupa somente dos principados, como ele mesmo afirma “não me ocuparei das repúblicas, uma vez que delas tratei em outros lugares” (Maquiavel, 2004, p.39).

governam. Pois, para que haja ordem, é preciso constituir leis, essas são instituídas pelos que governam, de maneira que, são variadas as formas de governar.

A bipartição das formas de governo em república e principado evidencia os formatos diferentes de cada uma no pensamento político de Maquiavel. A república é dividida em duas categorias: aristocracia e democracia. A aristocracia é governada por poucos; já a democracia, pode ser dividida em “democracia restrita, na qual se dá o contrário, [...] e a democracia ampla, quando a coletividade se auto governa” (ESTEVAM, 2004, p. 20). Como distinguir uma república aristocrática de uma república democrática? Vale lembrar que a palavra aristocracia, etimologicamente falando, significa:

[...] “Governo dos melhores”, é uma das três formas clássicas de Governo e precisamente aquela em que o poder (*krátos* = domínio, comando) está nas mãos dos *áristoi*, os melhores, que não equivalem, necessariamente, a casta dos nobres, mesmo se, normalmente, os segundos são identificados como os primeiros (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 57)

Como sempre, é a questão do poder que faz com que os Estados sejam edificados ou destruídos. Maquiavel tem como exemplo Esparta, que subsistiu por muito tempo governada por uma aristocracia. Mas, para se preservar por muito tempo, foi preciso se submeter a meios que não causassem a desordem, como se pode ler:

Do trono, no meio da nobreza, só tinham um meio para conservar toda força da sua dignidade: defender o povo de qualquer insulto. Por isto o povo nem temia nem almejava o poder – pelo que desapareciam os germes de tumulto, e todos os pretextos de discórdia entre ele e a nobreza; puderam assim viver por muito tempo na união mais perfeita. Esta concórdia teve duas causas principais: a reduzida população de Esparta, que tornava possível o governo por poucos magistrados; e a rejeição dos estrangeiros, o que afastava do povo toda causa de corrupção, e impedia a população de aumentar além do limite imposto pelos governantes (MAQUIAVEL, 1994, p.38).

Como se vê os reis de Esparta souberam controlar o Estado usando a força física e a força do povo. Visto que, o Estado não subsiste sem essas duas forças, pois só haveria concórdia se os governados aceitassem o que os reis propunham. Caso contrário, se não houver a aceitação do que é proposto, sejam as leis, sejam outros meios de sobrevivência, entra a desordem no Estado. Para que o Estado seja controlado é fundamental que o rei e o senado, no caso de uma república, sejam virtuosos para que assim seja garantida a harmonia.

A democracia se constitui de uma assembleia, ou seja, um governo de muitos. No entanto, a democracia tem tradições diferentes, mas todas elas são conduzidas para uma mesma direção, porque, a democracia é um:

[...] Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de poucos; [...] a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida como o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república, [...], onde se origina intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideias democráticas e ideias republicanas e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 319).

Percebe-se que quanto mais indivíduos estão no domínio, mais pode haver complicação, pois “todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião” (MAQUIAVEL, 1994, p. 29). Maquiavel faz comparações das modalidades de governo, usando exemplos que mostram qual é o melhor modo de governar mencionado nos exemplos do passado e da modernidade. É também feita uma alusão a Roma, que passou a ser uma democracia ampla, de modo que antes disso ela obteve e buscou outras modalidades de governo, como se lê:

Rômulo e os demais reis promulgaram numerosas outras leis, excelentes para um governo livre. Entretanto, como o seu objetivo principal tinha sido fundar uma monarquia, e não uma república, quando a cidade recobrou a independência viu-se que a liberdade reclamava muitas disposições que os reis não haviam pensado estabelecer. E embora estes tivessem perdido a coroa [...], os que os expulsaram instituíram dois cônsules para exercer a função real, de modo que só se baniu de Roma o título, e não a autoridade de rei. A república, retendo os cônsules e o Senado, representou a princípio a mistura de duas das três formas mencionadas: monarquia e a aristocracia. Só faltava introduzir o governo popular. (MAQUIAVEL, 1994, p. 26).

Os homens sempre estão em busca de poder. Com o domínio eles colocam ordem para assegurar a liberdade. Neste contexto, os romanos conseguiram manter a ordem e a liberdade com a força do povo, pois “todas as leis para proteger a liberdade nascem da desunião, como prova o que aconteceu em Roma” (MAQUIAVEL, 1994, p. 31). Roma procurou aderir as modalidades de governar, sem ser a democracia, mas acabou sendo um governo popular.

O objetivo e o interesse dos romanos era possuir mais território, com isso foi preciso “procurar ganhar a afeição do povo” (MAQUIAVEL, 1994, p. 70). Pois, é a

força do povo que estabelece a expansão do Estado. Sendo assim, o que governa deve saber lidar usando suas virtudes caso seja capacitado de sorte que deve examinar o povo para conhecer os seus desejos, para satisfazer os que buscam o poder, a fim de “controlá-los, seja eliminando-os, seja dando-lhes honrarias [...]”. Quantos aos que querem viver em segurança, [...] basta estabelecer leis e instituições que conciliem o poder do príncipe com a segurança geral (MAQUIAVEL, 1994, p. 71).

Ao contrário de Roma, Veneza, nos tempos modernos, possuía uma forma restrita de governar, pois o propósito não era a busca de expansão do Estado, mas a unidade. Em comparação com alguns aspectos sobre a questão de similitude, tanto em Roma quanto em Veneza, as duas modalidades de democracia tiveram que se submeter e instituir leis, para que, assim, houvesse harmonia entre os governantes e os governados.

Veneza não dividiu o poder sob denominações diferentes; todos os que dele participavam tinham o mesmo título: “*Gentiluomini*”. É à sorte, mais do que à sabedoria dos seus legisladores, que Veneza deve esta forma de governo. [...] Vendo o seu número aumentar, os cidadãos formularam leis que lhes permitissem viver em coletividade. E como se reunissem com frequência para deliberar sobre os assuntos de interesse da cidade, refletiram que já tinham números suficiente para completar sua existência política, recusando, a todos que imigrassem depois disto, a faculdade de participar do governo. (MAQUIAVEL, 1994, p. 37).

Além da forma republicana de governo, Maquiavel trata a forma monárquica, ou seja, o principado. Também essa forma de governo sofre uma bipartição na sua análise política. Um principado pode ser tanto hereditário quanto novo. O principado hereditário é aquele no qual o poder é exercido por um príncipe que herdou, ou seja, aquele que já possui uma continuidade. Já o principado novo é aquele no qual o sujeito foi designado como príncipe de um Estado sem que antes tivesse tal condição. Todavia, para Maquiavel um príncipe pode ser novo, desde que não tenha ligação a um Estado. Caso tenha é denominado como principado misto, pois a união a um reino hereditário faz-se apenas mais um integrante de um Estado (cf. MAQUIAVEL, 2004).

Assim como a democracia pode ser ampla ou restrita, também um governo hereditário se divide em dois tipos. Ademais, como essas duas maneiras de governar se dividem? O modo de governar de um príncipe tem a faculdade de possuir o poder absoluto e também pode ser dividido com a nobreza, que Maquiavel aponta a diferença aludindo que:

[...] os principados cuja memória se mantém foram de duas maneiras governados: ou por um príncipe auxiliado por ministros, os quais, no governo, são servos e os exercem apenas por favor e concessão do senhor; ou por um príncipe e barões, os quais, não por graça daquele, mas por tradição de família, têm essa qualidade (MAQUIAVEL, 2004, p. 49).

Além do governo hereditário, que pode ser dividido em duas maneiras, Maquiavel também vê a possibilidade de um principado ser comandado por um governo novo, ou seja, por um sujeito que é instituído príncipe, sem, contudo, entender muito sobre dominar um Estado. Como um príncipe novo pode assegurar seu poderio, sem ter experiência? Um principado pode ser conquistado de várias formas: pelo mérito, pelo crime, pela força das armas, pela *fortuna* e pelo consentimento dos cidadãos.

Entretanto, para garantir o comando de um Estado é preciso conhecimento, visto que o príncipe deve ter em mente a história dos homens que foram bem-sucedidos e colocar em prática os seus bons exemplos. Outro passo é que ele deve ter a capacidade de dominar as causas que venham a pôr em perigo seu poder. Dessa maneira, o sujeito que se torna príncipe por quaisquer um dos modos já referidos, deve-se mostrar capaz. Mas, como nem tudo o que aparenta de fato é, o príncipe deve ser virtuoso para criar firmes alicerces, de modo que:

[...] os Estados, quando surgem de súbito, assim como todas as coisas da natureza que evoluem muito rapidamente, não podem ter nem raízes nem membros simétricos, e aniquilam-se quando advém o primeiro golpe da adversidade; a menos que os príncipes, como foi dito, consigam preparar-se para manter aquilo que a fortuna lhes entregou no regaço, e conservem solidamente as bases antes alicerçados por outros. (MAQUIAVEL, 2004, p. 59-60).

As distinções das maneiras de governo, no pensamento de Maquiavel, apresentam um caráter de domínio. Mas, essas só subsistem se os príncipes tiverem méritos, caso contrário, força nenhuma será capaz de fazer com que o príncipe se conserve em um principado. São os méritos que dão a capacidade ao príncipe para conduzir o Estado. É por isso que um príncipe deve possuir sabedoria para que, quando vierem as desventuras que colocam em risco o seu poderio e o Estado, ele saiba lidar com isso usando sua astúcia para que não seja ferida a sua soberania. Ele necessita ter certas qualidades; uma delas é que deve ter aparência de piedoso, mas, na verdade precisa ser temido, desde que ele atue “com equilíbrio, prudência e

humildade, para que o excesso de confiança não o torne incauto, nem a desconfiança excessiva o faça intolerável” (MAQUIAVEL, 2004, p. 106).

2.2 ARTICULAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE

Em sua obra “O Príncipe”, Maquiavel trata a articulação entre governo e sociedade. No mesmo ele aponta as formas nas quais o governante deve se comportar perante a sociedade, isto é, que ele deve usar a sua parcimônia. A obra foca mais nas questões da pessoa do príncipe, de modo que ensina e aponta como o mesmo deve agir para assegurar o Estado e se manter no poder. Já no livro “Discursos” o acento de Maquiavel estará no valor da liberdade e da independência do povo no meio político. No entanto, utilizarei considerações desta obra no presente tópico, pois:

[...] não existem diferenças de monta entre *O Príncipe* e os *Discursos* e que melhor acesso a essas obras consistiria em tratá-las, na expressão de Geerken, com ‘dois aspectos interdependentes de uma perspectiva organicamente articulada’ (Geerken, 1976, p. 357). Naturalmente, é certo que os *Discursos* contêm numerosas referências que remetem ao *Príncipe*, assim como por vezes enunciam de forma mais completa vários temas (SKINNER, 1996, p. 176).

A articulação entre governo e sociedade é fundamental, pois o primeiro não existe sem o segundo. Como também não tem povo sem quem o governa. Contudo, como se dá a articulação entre governo e sociedade, e de que maneira os dois subsistem? Tendo em mente que a disciplina é a base principal para que os cidadãos sejam virtuosos, afinal é por meio dela que o governo e a sociedade subsistem em uma estrutura. Porém, para que o governo e a sociedade sejam organizados é preciso de instituições que o próprio governo estabelece, que são compostas por legisladores, magistrados e senadores.

Dessa forma, as instituições com concordância com a sociedade estabelecem ordem para que ambos subsistam. Visto que são as instituições que regulam o governo e o povo, todavia, caso elas sejam instáveis não servirão. Os romanos, são citados como exemplo de Estado, porque souberam organizar bem as instituições, pois “em Roma havia instituições que regulavam o governo, ou seja, o Estado, e leis que ajudavam os magistrados a refrear as desordens provocadas pelos cidadãos” (MAQUIAVEL, 1994, p. 75).

As leis e as instituições são o meio mais eficaz que um governo pode ter para assegurar o seu poder e organizá-lo, sendo que os homens são maus e sempre estão em busca de poder e de liberdade. Dessa forma, as leis impedem que eles usurpem o poder, pois:

[...] os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e desordem não tardam a se manifestar por toda parte. Por isto se diz que a fome e a miséria despertam a operosidade, e que as leis tornam os homens bons (MAQUIAVEL, 1994, p. 29).

Percebe-se que, em certos tempos na Roma antiga, o governo conseguiu obter o controle da sociedade, criando harmonia com o povo. Isso só ocorreu porque legisladores, magistrados e senadores souberam articular o poder, tanto do governo quanto do povo. Dessa forma, o Estado e a sociedade ficaram em harmonia, já que:

[...] os legisladores romanos, para manter sua cidade tão pacífica [...], deveriam ou desobrigar o povo do seu serviço militar, [...] ou negar aos estrangeiros a cidadania [...]. Contudo, fizeram as duas coisas, o que aumentou o número e a força do povo, multiplicando em consequência as fontes de distúrbio (MAQUIAVEL, 1994, p. 38).

O poder é um dos maiores desejos dos homens, e em uma sociedade geralmente haverá os que o desejam sempre mais para conseguir dominar, ou melhor governar. Porém, os que são governados também anseiam por poderes, principalmente o poder de ser livre. Sendo assim, o que deve ser feito para que o povo seja livre? Como sempre são as leis que fazem com que os homens sejam livres, de modo que elas proporcionam uma ordem para que os homens não se corrompam. As leis são para todos, entretanto, umas são atribuídas para o governo e outras para a sociedade. O governo e a sociedade têm leis e instituições como alicerces que devem ser respeitadas e cumpridas, sendo que “as instituições abrangiam a autoridade do povo, do Senado, dos tribunos, dos cônsules, a maneira de eleger os magistrados, e o processo legislativo” (MAQUIAVEL, 1994, p. 75). Este é um exemplo que Maquiavel alude, caso os homens não estejam corrompidos.

A corrupção é um perigo tanto para uma república como para um principado. Mas, quais são os fatores que podem corromper um Estado? Em primeiro lugar consta que o povo deve ser disciplinado, pois a educação é um dos pontos principais que

ordenam os homens e os faça vistosos, para que assim possam cumprir as leis. Todavia, um fator que possa vir a corromper o Estado é a falta de disciplina.

Além da educação há outras razões que estão ligadas ao poder, visto que, o poder é o desejo maior dos homens, somado à vontade de o possuir só aumenta. Consequentemente quem são os mais perigosos, os que já possuem ou os que querem possuir poder? Maquiavel menciona essa questão e deixa claro que os homens sempre estão em busca de mais, nunca estão satisfeitos com o que têm, pois os que possuem são os mais perigosos. Pois eles podem fazer de tudo para não perder o poder.

Sabe-se que “os homens agem por necessidade ou por escolha” (MAQUIAVEL, 1994, p. 20). Nesse caso último, ele está sempre em busca de dominar; e quando os homens buscam poder apenas para manterem o que têm, podem causar prejuízos ao Estado. Por isso, quando alguém exerce o governo e usa do poder para satisfazer os seus desejos e não o que convém a todos, ele pratica a tirania, já que, “todos os que usurpam o direito de vida e morte sobre o povo são tiranos” (CÍCERO, [2005?], p.67).

Maquiavel analisou o que aconteceu na Roma antiga quando os nobres agiram de forma incorreta gerando ressentimento na população. Os plebeus eram a maioria e a nobreza precisava da força do povo para que Roma se expandisse, tanto em território quanto em números de cidadãos. Assim, a alternativa foi dividir o poder, para que o império não perdesse o seu domínio. Todavia, quando a questão é perder ou ganhar, como os homens se comportam? Os corações dos homens pulsam por poder, pois eles são ambiciosos. Ainda que os homens sejam maus e fazem o bem somente quando é necessário, as leis os impulsionam às boas ações porque mostram a necessidade de agir com bondade. Assim, quando a questão é:

[...] o que não quer perder ou o que quer adquirir – duas paixões que podem ser causa dos maiores desastres. No entanto, as dificuldades são criadas mais frequentemente pelos que já possuem; o temor de perder o que se tem provoca paixão igual à causada pelo desejo de adquirir. É natural dos homens não se considerarem proprietários tranquilos a não ser quando podem acrescentar algo aos bens de que já dispõem. É preciso considerar, também, que quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta o seu poder; é mais fácil para ele provocar alterações da ordem. E, o que é bem mais funesto, sua ambição desenfreada acende o desejo de posse no coração dos que não o tinham, seja como vingança, para despojar os inimigos, seja para compartilhar as honrarias e riquezas de que querem fazer uso ilícito (MAQUIAVEL, 1994, p. 34-35).

O desejo de possuir mais do que já se tem pode tornar-se um dos maiores desastres para uma nação. Por isso, é necessário que um príncipe, ou seja, aquele que governa, saiba abrir mão de sua ganância para não se tornar um usurpador. Há outros fatores que também prejudicam uma nação, por exemplo a falta de uma crença. Os homens precisam de uma crença que os leve a um propósito, pois eles creem que os deuses dão a vida e também podem tirá-la: os homens creem também que os deuses podem ajudá-los a vencer os obstáculos.

Desse modo “quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias” (MAQUIAVEL, 1994, p. 58). Os maiores legisladores que a humanidade teve recorreram às forças divinas para estabelecer as leis. Com isso, pode-se afirmar que a falta da religião é danosa para a articulação entre governo e sociedade. O outro ponto a ser observado nessa articulação, por causa de sua periculosidade, é a infâmia. Essa pode levar o Estado à ruína, pois ela tira a liberdade tanto do governo quanto da sociedade. Sendo assim,

[...] os caluniadores devem ser punidos rigorosamente; não poderão queixar-se tal punição, uma vez que existam tribunais abertos para ouvir acusações contra os que preferirem caluniar em reuniões particulares. Em toda parte onde esta disposição não está perfeitamente estabelecida, sempre nascem grandes desordens. A calúnia, de fato, irrita os homens e não os corrige; os que se irritam só pensam em seguir seu caminho, porque detestam a calúnia mais do que a temem (MAQUIAVEL, 1994, p.46).

Além desses pontos aludidos que podem levar o Estado à ruína, há outros pontos essenciais que fazem o Estado subsistir, que são a educação às leis e às instituições. São elas que dão vida ao governo e à sociedade, de forma que, os cidadãos devem temer o Estado. Se por ventura algum cidadão atenta contra a liberdade do Estado, ele deve ser punido conforme as leis, assim, “os cidadãos, temendo ser acusados, não ousam investir contra a segurança do Estado; se tentam fazê-lo, recebem imediatamente o castigo merecido” (MAQUIAVEL, 1994, p.41). Todavia, esses fatores são fundamentais desde que ambos, governo e a sociedade cumpram com suas obrigações.

De fato, se um cidadão é punido por meios legais, ainda que injustamente, isto pouca ou nenhuma desordem causa na república, por ter ocorrido a punição sem recurso à força particular, ou de estrangeiros, causas ordinárias

da ruína da liberdade. É uma punição baseada apenas na força da lei e da ordem pública, cujos limites são conhecidos, e cuja ação nunca é violenta o bastante para subverter a república (MAQUIAVEL, 1994, p. 41-42).

Se as leis não forem usadas de forma correta os cidadãos ou a sociedade podem agir por medo. Isso gera insegurança e provoca a desordem no Estado; se as leis não corresponderem ao que é proposto, ocasiona indisciplina nos cidadãos. Sendo que todos os homens são seres políticos por natureza e desejam o poder e a liberdade, as leis e as instituições são instrumentos que proporcionam a ordem para que os homens saibam governar a si próprios e o que lhes foi confiado, para viver em harmonia. No entanto, esses são os modos que Maquiavel aponta como o governo deve agir perante tal situação que venha a pôr em risco a harmonização entre governo e sociedade.

3 A ARTE DE GOVERNAR

A arte de governar, para Maquiavel, é aquela na qual o príncipe deve fazer de tudo para estar no comando de um principado, e para que consiga manter-se no poder é preciso a eficácia política, ponto principal do governante. Sem a *virtù* o príncipe não terá habilidade nem aptidão para criar uma arte. Pois, é por meio da *virtù* que o príncipe controla a *fortuna* que não depende da vontade do homem. Controlando a *fortuna* o Estado terá uma estabilidade que são os feitos pela força física, como a arte da guerra. Todavia, a estabilidade não se limita à força física, mas se encontra, também, nas leis e na educação. Além desse meio para conseguir concluir uma perfeita arte de estar no poder de um Estado, um príncipe precisa de qualidades. Essas podem ser tanto boas quanto más, tudo depende das circunstâncias do que esteja acontecendo.

3.1 A CONQUISTA DO ESTADO: *VIRTÙ* E *FORTUNA*

Com a inovação do movimento humanístico, o homem ganha valor tornando a sua natureza como centro de todas as coisas. Para que esse ideal fosse adiante, os humanistas tiveram que “rejeitar por completo a concepção agostiniana da natureza humana” (SKINNER, 1996, p.112). Os humanistas, tais como Maquiavel, que nasceu no berço da Renascença, souberam articular e adentrar no pensamento da época. De modo que para ele os homens têm o poder sobre si e sobre as coisas do mundo e compreende que:

Entender que os homens possam alcançar a excelência máxima significa também considerá-los capazes de vencer quaisquer obstáculos com que se defrontem em seu caminho. Os humanistas facilmente reconhecem que sua concepção da natureza humana acarreta uma análise assim otimista da liberdade e dos poderes do homem, e por isso procedem a uma leitura bastante positiva do *vir virtutis* enquanto força social criativa, apta a moldar seu próprio destino e a refazer o mundo social para adequá-lo a seus desejos (SKINNER, 1996, p. 115).

Na concepção do homem de exaltar e ver a sua dignidade, os humanistas criam um novo conceito de *virtù* que Maquiavel aponta em algumas de suas obras, as que falam claramente de política. Em tais obras, é apresentado o conceito de *virtù* que está ligado à coragem e aptidão de agir com eficácia política. Essa habilidade dá ao

governante o poder de manter-se em um poderio. No entanto, quando um governante possui *virtù*, ele sabe refletir e distinguir bem a realidade como ela é, de modo que ele seja flexível para conseguir dominar a *fortuna*. Com isso, o príncipe se mostra capaz de operar seus atos com astúcia para proteger o que conquistou. Neste contexto, quais são os atos, ou melhor, o que o príncipe deve fazer para ser astucioso? Para Maquiavel, a astúcia de um príncipe está na capacidade de como ele vai agir em certas circunstâncias, pois em algumas ele deverá ser generoso, em outras, cruel. O príncipe também deverá mentir em determinadas situações para ter o domínio. Em certas ocasiões deverá renunciar o seu próprio desejo e sua vontade; e em outras, deverá mostrar-se piedoso, pois:

Quão louvável é, a um príncipe, conservar a fé e viver com integridade, não com astúcia, todos o sabem; mas se observa, pela experiência, que em nossa época houve príncipes capazes de grande coisas, mas que em pequenas conta mantiveram a palavra dada, e conseguiram, pela astúcia, perturbar a cabeça dos homens, superando, enfim, os que permaneceram leais (MAQUIAVEL, 2004, p. 109).

O temor a Deus, é deste modo, louvável, tanto que, quando Maquiavel afirma a inaptidão dos mercenários para compor uma milícia, uma das causas está justamente no fato deles não possuírem o temor a Deus. Por isso, deve-se evitá-los no recrutamento. Outra problemática sustentada pelo antropocentrismo de Maquiavel é a indicação de que o príncipe deve sustentar a aparência de certas qualidades, mesmo se não as possuir, pois tal aparência lhe pode ser benéfica no exercício do cargo. Essas qualidades, mesmo que somente aparentes, são vistas com bom grado pelos súditos, pois, quando um príncipe parecer ser:

[...] piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro teria o ânimo de uma vez obrigado pelas circunstâncias a não o ser, tornar-se o contrário. [...] para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. Por isso, é necessário que tenha ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos e as mudanças da sorte o impelirem, e, como foi dito antes, não partir do bem, mas, se lhe for possível e se a isso for constrangido, a saber entrar para o mal. Deve o príncipe, contudo, cuidar para não deixar escapar dos lábios expressões que não revelem as cinco qualidades já mencionadas, devendo aparentar, a vista e ao ouvido, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Não há qualidade de que mais se necessite do que desta última. Os homens costumam julgar mais pelos olhos do que pelas mãos, uma vez que todos podem enxergar, mas poucos sabem sentir. Todos veem o que tu pareces, poucos o que realmente és, e esses poucos não ousam contrariar a opinião dos que têm a seu favor a majestade do Estado. Nos atos de todos os homens, em especial dos príncipes, em que não há tribunal a que recorrer, somente importa o êxito, bom ou mau. Procure, pois, um príncipe vencer e preserva o Estado (MAQUIAVEL, 2004, p. 111).

Para Maquiavel é bom que o homem, pelo menos aparentemente, tenha uma religião e qualidades que o mostrem como um ser compassivo, pois esse *parecer* favorece o poder. Esse é adquirido com a clareza das coisas, de modo que é o entendimento que ordena a sua condição humana acima de todas as coisas. Somente, pois, com o conhecimento dos fatos e da realidade, é que ele tem o controle das coisas à sua volta. Essa é a atitude do príncipe habilidoso, isto é, sempre buscar saber para que tudo esteja no controle.

A atitude de mostrar que é uma coisa, ou seja, aparentar ser, ainda que não o seja, faz a pessoa do príncipe virtuosíssima. Esse feito é uma das características da *virtù* que Maquiavel descreve, que não é concebida no conceito de virtude cristã. Maquiavel formula outro caráter de virtude, “usa o termo retomando da antiga acepção grega de *areté*, ou seja, a virtude como habilidade entendida naturalmente” (REALE, 1990, p.130). Com a nova forma de virtude compreende-se que o teocentrismo não é desejado por Maquiavel, e também por outros homens, dentre os quais diversos príncipes que, porventura, recusam por completo a ideia agostiniana de que se “um governante mortal conseguisse desempenhar virtuosamente o seu ofício, esse triunfo não se poderia atribuir a seus poderes próprios, mas ‘apenas à graça de Deus” (SKINNER, 1996, p. 112). Esse rompimento só se dá por causa do novo conhecimento que não exalta mais a Deus, mas ao homem.

Nesta questão o saber confere poderes aos homens, pois quando adquirem conhecimentos dos fatos, esses passam a ser a referência e não existe mais a necessidade de ter temor a um Deus, mas, pelo menos, deve existir a aparência. Apoiando-se no saber ele domina os outros pela *virtù*, de modo que “o objeto de sua reflexão é a realidade política, pensada como prática humana concreta, e o centro maior de seu interesse é o fenômeno do poder, formalizado na instituição do Estado” (ESTEVAM, 2004, p. 16).

No contexto apontado por Maquiavel, o homem precisa de qualidades, ou deve aparentar tê-las, pois essas são as características da *virtù* que proporcionam ao príncipe vencer as vicissitudes que hajam em seu Estado, tanto para elevá-lo quanto para proteger-se no poderio. Mas a *virtù* em Maquiavel é essencialmente o pressuposto que deve dominar a *fortuna*, sendo que ela pode ser indominável, como ele define fazendo uma comparação a um rio impetuoso e com fúria:

Comparo-o a um desses rios impetuosos que, quando se enfurecem transbordam pelas planícies, acabam com as árvores, as construções, arrastam montes de terra de um ponto a outro; tudo foge diante dele, tudo se submete a seu ímpeto, sem conseguir detê-lo, e, embora as coisas aconteçam assim, não é menos verdade que os homens, quando a calma retorna, são capazes de fazer consertos e barragens, de sorte que, em outra cheia, aqueles rios estarão correndo por um canal, e seu ímpeto não será nem tão livre nem tão nocivo. Assim também se passa com a fortuna; seu poder se manifesta onde não há resistência organizada, voltando ela a sua violência apenas para onde não se construíram diques nem fizeram reparos para contê-la (MAQUIAVEL, 2004, p. 143-144).

Como já vimos, um governante precisa ser habilidoso para controlar um Estado e dominar a *fortuna*. No que se refere a ordenar e dominar, como o príncipe deve agir para conquistar e assegurar um reino? Um príncipe pode conquistar um Estado por vários modos que são: pela *virtù*, pela *fortuna*, pela violência e pelo consentimento dos cidadãos. Sabendo que as peculiaridades da *fortuna* são indomáveis, e que ela só é ordenada por quem tem coragem e eficácia política, já que é necessário muito esforço para criar alicerces firmes, para que quando venham as situações contrárias, o Estado não entre em desordem. Se um príncipe não tiver a capacidade de dominar os eventos que possam atingi-lo, ele não conseguirá conquistar e nem dominar um Estado. Todavia, há príncipes que alcançam poder pela *fortuna*, no entanto:

Esses príncipes dependem somente da vontade da *fortuna* dos que lhes concederam o Estado, quer dizer, de dois fatores extremamente volúveis e instáveis. E não sabem, ou não podem, conservar o principado; não sabem porque, caso não tenham muita habilidade e virtude, e vivendo sempre em condições diversas, não é razoável que saibam comandar; não podem porque não têm forças que lhes sejam amigas e leais (MAQUIAVEL, 2004, p. 59).

Assim como a sorte não depende do querer do homem, também a *fortuna* não depende da vontade do homem, mas os que adquirem poder por ela, devem saber dominar as vicissitudes. Aqueles que a possuem devem contar com a sorte, afinal, ela “abre oportunidades de sucesso ou condena à inundação total um Estado cujo príncipe não tiver *virtù* para construir seus diques” (COUTINHO, 2012, p. 232).

No pensamento filosófico-político de Maquiavel há dois conceitos primordiais: *virtù* e *fortuna*, que são os princípios articuladores da arte de governar. Esses qualificam a pessoa do governo, mas entre os dois há uma distinção, de maneira que a *virtù* ordena a *fortuna*. Portanto, para que o príncipe possa equilibrar a *fortuna*, é preciso que tenha conhecimento das coisas, principalmente do que deve fazer no

meio político para que seu Estado tenha estabilidade. Se o príncipe conseguir manter-se no domínio com solidez e segurança, pode-se dizer que ele realiza bem arte de governar.

3.2 A ESTABILIDADE DO ESTADO E A LÓGICA DA FORÇA

O desejo maior de um governante é assegurar o seu Estado e manter-se no poder, para isso se faz necessária a utilização de alguns meios como a força, que tem várias características. As particularidades da força fazem que o príncipe se torne um verdadeiro astuto, que é a maior virtude que um governante pode ter para assegurar o seu domínio.

Maquiavel aponta os atributos que são próprios da força de um príncipe, e que essa força não é apenas física, pois ela se classifica de vários modos. Sendo assim, a lei é uma das suas propriedades, pois ela ordena que os governados obedeçam a uma estrutura que organizam a sociedade para que haja harmonia. Entretanto, para haver ordem em um Estado somente as leis não são suficientes. Não basta querer que eles cumpram as leis; é preciso haver meios que favoreçam o cumprimento. Dentre esses meios, a educação é o fundamento essencial para que os cidadãos cumpram regras, pois é essa que faz o bom cidadão e o bom governante.

No entanto, um povo só terá ordem, se houver disciplina, pois é por meio dela que o Estado constituirá leis necessárias e apropriadas para que os homens possam assim exercitá-las. Visto que, se não tiver disciplina, dificilmente os governados seguirão tais regras, sendo que, ela é quem sustenta a ordem, pois:

[...] se conclui que, quando a massa do povo é sadia, as desordens e os tumultos não chegam a ser daninhos: mas quando está corrompida, mesmo as leis melhores ordenadas são impotentes – a menos que sejam manipuladas habilmente por uma personalidade vigorosa, respeitada pela autoridade, e que possa cortar o mal pela raiz (MAQUIAVEL, 1994, p. 74).

Além das leis que são uma das bases para se manter um principado que está estabilizado, Maquiavel apresenta formas de como dominar esses principados e cidades que já são estruturados com regras próprias. Dessa maneira, ele apresenta modos de preservar o Estado que foi conquistado por príncipe novo, que antes de ser dominado pelo novo governante, já tinha suas leis próprias. Neste caso, como o

príncipe deve agir perante um Estado que antes possuía leis próprias, e que agora foi conquistado e ocupado por ele?

O rei que ocupa um Estado, que já tem suas leis e estruturas formadas e estabelecidas por outro, deve agir de forma prudente e com eficácia política, para não perder o que conquistou. Assim, o príncipe deve primeiramente conhecer os cidadãos, a cultura, e o terreno, para saber agir de forma correta a fim de preservar e manter o que conquistou. Após adquirir o conhecimento de onde pisa, ele deve optar por uma dessas maneiras de manter-se no domínio, como indica Maquiavel:

Três maneiras há de preservar a posse de Estados acostumados a governar por leis próprias: primeiro, devastá-los; segundo, morar neles; terceiro, permitir que vivam com suas leis, arrecadando um tributo e formando um governo de poucas pessoas, que permaneçam amigas (MAQUIAVEL, 2004, p. 53).

As formas de manter-se no poderio conquistado são diversificadas, mas os que já tem poder em suas mãos precisam de meios para não perder o domínio. Com isso, os principados já estruturados precisam ser astuciosos para usar os recursos necessários para preservar-se no comando. Assim como um príncipe novo pode devastar um principado, que antes de ocupá-lo tinha suas leis, pra instaurar novas leis e costumes; um governante, já com estabilidade no poderio, também pode usar força física, ou seja, saber usar a arte da guerra para continuar no comando do seu Estado, pois:

Um príncipe não deve ter outro objetivo ou pensamento, ou manter qualquer outra coisa como prática, a não ser a guerra, seu regulamento e sua disciplina, pois essa é a única arte que se espera de quem comanda. É ela de tal poder que não apenas conserva príncipes aqueles que assim nasceram como muitas vezes permite que cidadãos de situação particular elevem-se àquela condição. Constata-se a perda dos Estados aos príncipes que se ocuparam mais com luxos da vida do que com as armas. A causa que te levará a perder o domínio, em primeiro, é descuidar dessa arte, e só o poderás conquistá-lo ao professá-la (MAQUIAVEL, 2004, p. 95).

As coisas não são tão simples, pois se um príncipe deseja usar a arte da guerra pra manter-se no comando, primeiramente, ele deve ser dono de muito poder em seu Estado. Esse poder se resume no que ele possui, pois deve ter uma “abundância de homens ou dinheiros”, para que consiga “montar um exército poderoso e enfrentar qualquer assaltante” (Maquiavel, 2004, p.77). Além de formar um exército forte, com soldados eficientes e disciplinados, ele deve conhecer bem o

seu Estado, pois ele “deve se preocupar sempre com a arte da guerra, e praticá-la na paz mais ainda do que na guerra, e é possível conseguir isso de dois modos: pela ação ou somente pelo pensamento (MAQUIAVEL, 2004, p.96).

O príncipe não pode esquecer que o povo é uma das maiores forças do Estado. Ele deve saber estimá-lo, dando-lhe o que é preciso, tal como trabalho, segurança, comida. Sendo assim, ele ganha a afeição do povo: “não pode ser atacado o príncipe que tem uma cidade forte e não é odiado” (MAQUIAVEL, 2004, p.78). Essas são qualidades de um príncipe prudente. Para Maquiavel, um governante prudente não se classifica somente nestas propriedades, porque são apenas características que ajudam a estabelecer ordem no Estado e assegurar o poder do príncipe. Além dessas, o governante deve ser temido, porque:

[...] os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que lhes aprouver, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona. Assim, deve o príncipe tornar-se temido, de sorte que, se não for amado, ao menos evite o ódio, pois é fácil ser, a um só tempo, temido e não odiado (MAQUIAVEL, 2004, p. 106-107).

As qualidades de um príncipe são importantes para que o Estado tenha uma estabilidade, pois é por meio delas que o governante conseguirá conquistar e manter um principado em ordem. Essa é uma das características da eficácia política, “pois é muitas vezes forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião” (MAQUIAVEL, 2004, p. 111). Assim, a conduta de um príncipe ajudará a se manter no poderio.

3.3 RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E POLÍTICA

Assim como a política é importante para o homem subsistir, a ética também tem seu valor, por ser aquela que conduz o homem a praticar o bem. Tanto a política quanto a ética são meios que levam os homens a viver em harmonia. Todos os homens por natureza buscam subsistir bem. Este bem pode ser classificado de forma distinta, na pessoa do príncipe e na da sociedade, conforme Maquiavel aborda na sua obra “O Príncipe”, de forma que, em sua visão política, um príncipe deve ter *virtù* para assegurar o seu poderio. Para ele um príncipe virtuoso também tem várias qualidades, que podem ser qualificadas como boas ou más dependendo do ponto de vista, e de

como são usadas. Ele diz que “o príncipe pode conseguir tal coisa de muitas formas, as quais não têm uma regra certa porque variam de acordo com as circunstâncias” (MAQUIAVEL, 2004, p. 75).

No contexto de um governante não ter como base as virtudes cristãs para governar, automaticamente ele se desvincula da ética cristã. Sendo assim, na política de Maquiavel, um príncipe pode fazer de tudo para manter-se no domínio, e essa é uma das características que mostram sua eficácia política. É o poder que dá segurança para o príncipe não perder o controle do Estado:

O poder exercido pelo príncipe está diretamente relacionado à nova maneira – cética – com que Maquiavel encara o ser humano. Sua concepção de poder inaugura uma nova ética: laica, prática, em que o poder político é dissociado da ética cristã, pois tudo é válido contanto que o objetivo seja de se conquistar e se manter o poder (WINTER, 2020, p. 118-119).

É notável que um príncipe virtuoso para Maquiavel é aquele que sabe agir perante as circunstâncias do que está acontecendo ou do que pode vir a acontecer, de forma que, se ele souber agir bem, será habilidoso. E isso significa que ele pode romper com a ética cristã, dependendo de como vai proceder no ato de governar. A ética trata da conduta do indivíduo e indica como ele deve se comportar. A sua análise baseava-se na forma de como o príncipe agia perante um poderio que lhe foi atribuído. Com isso, tendo em mente os fatos históricos e as análises das ações políticas dos governantes, Maquiavel cria uma nova concepção na ética política, pois:

[...] a política, segundo o florentino, deve ser analisada e julgada por aquilo que ‘ela é’, e não por aquilo que ‘ela deveria ser’. Significa: é necessário tratar a política por si mesma, como *entidade autônoma*, decifrando suas leis e regras próprias a fim de se lhe compreender a real natureza. Vale dizer que, em Maquiavel, a ação política do príncipe deve ser julgada, então, não a partir de princípios éticos gerais, mas pelos *efeitos políticos que ela engendra*. A ação política será, então, boa ou má, positiva ou negativa, em decorrência - direta e imediata – dos resultados que produz no corpo político (WINTER, 2020, p. 242).

Maquiavel analisou as ações dos príncipes do passado, bem como os de sua época e fez, também, uma análise dos príncipes eclesiásticos. Entre esses, se destaca César Bórgia, filho do Papa Alexandre VI. Em suas análises, percebe que alguns príncipes eclesiásticos fizeram de tudo enquanto estavam no domínio, mesmo sendo um poder temporal que foi adquirido por:

[...] conquista ou por mérito ou por fortuna. Esses principados conservam-se, entretanto, sem nenhuma das duas, uma vez que são sustentados pela rotina da religião. Suas instituições fazem-se tão poderosas e de tal natureza que suportam seus príncipes no poder, vivam e atuem como bem desejarem. Apenas estes possuem Estados e não os defendem; têm súditos e não os governam. E seus Estados, embora indefesos, não lhes são tirados; os súditos, embora não sejam governados, não se livram do príncipe nem o podem fazer. Dessa maneira, somente esses principados são seguros e felizes por natureza (MAQUIAVEL, 2004, p. 81).

Diante desse quadro no qual os príncipes eclesiásticos, tendo o poder temporal dado pela *fortuna* ou por mérito, distanciavam-se dos princípios cristãos para se apegar às próprias aspirações temporais, caminhavam em direções opostas à ética cristã. Todavia, o ideal da Igreja Cristã é que os indivíduos saibam governar a si próprios, dominando seus desejos para terem uma boa conduta perante a sociedade. De modo que o objetivo imaginário da igreja cristã é sustentar, pelas virtudes, que os cristãos devem levar em conta que estão relacionados na caridade e na fé. No entanto, como se deu o rompimento com a ética cristã?

Maquiavel é tido como o protagonista do rompimento com a ética cristã, porém, como vemos, os próprios da igreja, ou seja, os príncipes eclesiásticos, tinham uma conduta que não correspondia com a mesma. Desde então, o rompimento com a ética cristã, informalmente, não se deu primeiramente por Maquiavel, e sim por aqueles que professavam o credo católico. Esse rompimento se deu por causa da ambição do homem, pois, considerando os atos dos príncipes eclesiásticos e de outros tais como duques, condes e governantes, de sua época e também dos tempos antigos, Maquiavel vê como são louváveis as ações de alguns para se tornarem poderosos e, assim, manterem-se no poder. Conforme se pode ler:

[...] Alexandre VI, que, entre todos os pontífices, mostrou como um deles se podia valorizar, pelo dinheiro e pela força, e, servindo-se do duque Valentino como instrumento, [...]. E, embora seu objetivo não fosse tornar a igreja poderosa, [...]. Veio em seguida o papa Júlio e achou forte a igreja, [...]. Encontrou também o caminho aberto para acumular de dinheiro, o que nunca fizera antes de Alexandre. Júlio não apenas continuou esses trabalhos como também os aumentou. [...] Teve sucesso em todas essas empreitadas, e passa a ser mais digno de louvor quando se sabe que assim procedeu buscando engradecer a igreja, não determinando indivíduo. Conservou as facções dos Orsini e dos Colonna do mesmo modo como as achou; e, embora entre eles houvesse alguns chefes capazes de causar alterações, nada fizeram; duas coisas os tornaram inativos: o poder da igreja, que os humilhava, e o fato de não possuir partidários no Sacro Colégio, [...]. Não existirá paz entre elas se houver cardeais, pois estes, em Roma e fora da cidade, instigam os partidos, e os barões veem-se obrigados a tomar-lhes a defesa. Dessa maneira, a ambição dos prelados dá origem aos desentendimentos e aos tumultos entre os barões. Sua Santidade, o papa

Leão, encontrou, assim, o pontificado poderosíssimo. Espera-se que, se alguns fizeram o papado forte pelas armas, o atual pontífice, pela bondade e por números outras virtudes, torne-o ainda mais poderoso e venerado (MAQUIAVEL, 2004, p. 82-83).

Como pode-se ver, os papas referidos na citação buscaram mais domínio temporal pelas forças, por dinheiro e armas e não por meios espirituais, por isso fizeram-se poderosos, bem como a Igreja. Essas atitudes mostram verdadeiramente o que os homens são capazes de fazer para que os seus desejos sejam satisfeitos. Dessa forma, fica claro que os homens precisam de *virtù*, que se caracteriza por qualidades, e que esses príncipes eclesiásticos mencionados possuíram, uma vez que, Maquiavel afirma: “joguei adequando procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar” (MAQUIAVEL, 2004, p. 99).

O ato de observar, analisar e ver “a verdade efetiva das coisas, e não a imaginação sobre elas, demonstra que as ações dos homens, em geral, são determinadas pela ambição e pela sua acentuada impulsividade” (MAQUIAVEL, 1994, *apud* WINTER, 2020, p. 244). Um príncipe deve ter as qualidades, sejam elas boas ou más, de maneira que ele deve ser liberal ou miserável, gastador ou ganancioso, cruel ou piedoso, falso ou fiel, ainda assim, tudo vai depender das circunstâncias e da necessidade, porque com essas qualidades, se o príncipe souber usa-las com prudência, tornará habilidoso para conservar o principado (cf. WINTER, 2020). Essas qualidades mostram como um príncipe deve agir no contexto político para Maquiavel. Com isso, também é aludida a relação entre ética e política, não mais uma ética cristã nem uma ética normativa, afinal:

[...] não é mais possível se pensar a política com os princípios da ética normativa, especialmente os da ética cristã, pois que se tratam de campos distintos do saber humano. Isso não significa que Maquiavel promova uma ruptura radical e definitiva com a ética, mas propõe uma nova ética, uma ética política, intimamente ligada ao problema da legitimidade do poder político. A política tem, pois, regras e princípios que a definem como um saber autônomo e que é preciso que seja do domínio do governante a fim de que obtenha sucesso (WINTER, 2020, p. 254).

Ao escrever a obra “O Príncipe” o florentino Maquiavel se torna o autor principal da nova conduta de como proceder no meio político. Essa só foi realizada porque ele soube analisar os fatos históricos dos príncipes e observar as ações dos governantes de sua época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar e observar a concepção de como manter-se protegido e conservado no poder, faço as seguintes considerações sobre como Maquiavel soube organizar e formular um novo método político no período da Renascença. Esse foi um tempo que passou a valorizar o homem em sua totalidade, no qual Maquiavel soube avaliar e formular um manual ensinando como um príncipe deve agir para conquistar e conservar seu Estado.

Compreende-se que na obra “O Príncipe” são elucidadas questões que inauguram um novo pensamento político livre da ideia platônica sobre a verdadeira arte política, que está na concepção do homem virtuoso. No entanto, ao analisar os fatos históricos e a realidade do seu tempo, Maquiavel cria um novo pensamento político com outra visão de virtude. Pois, a partir das verdades efetivas das coisas, Maquiavel vê que o Estado já não mais se constitui pelo que deve ser, mas no que de fato é. Dessa forma, ele afirma como o príncipe deve ser e de que maneira é preciso se comportar perante seus súditos.

Observando a realidade, Maquiavel cria um novo conceito de *virtù* que está diretamente ligado à coragem e aptidão de agir com eficácia política. Pois é por meio dela que o príncipe domina a *fortuna*, que é o acaso, e que o homem pode possuí-la ou não. Sendo que ela é sinônimo de sorte e visto que a *fortuna*, para Maquiavel, é um conceito que não depende da vontade do homem. No entanto, esta *virtù* dá capacidade ao príncipe para que possa dominar os eventos que possibilitarão a estabilidade para manter-se no poderio. Afinal, um príncipe precisa ser habilidoso para conquistar e controlar o Estado.

Para conquistar e assegurar um principado o príncipe pode atuar de vários modos, a saber, pela *virtù*, pela *fortuna*, pela violência e pelo consentimento dos cidadãos. Sendo assim, é preciso que o governador tenha qualidades para saber refletir bem e enxergar a realidade como ela é, para que, então, o Estado tenha uma estabilidade. Essas podem ser boas ou más, dependendo das circunstâncias e da maneira como as utiliza. Ou seja, um príncipe pode fazer de tudo para manter-se no poderio.

Então, para Maquiavel, o príncipe virtuoso é aquele que sabe agir perante tais circunstâncias para manter-se no poder, seja de um principado ou de uma república.

Mas, para que o príncipe possa criar uma arte de governar, ele deve usar as peculiaridades, que se resumem em dois termos dependentes das situações, pois em alguns momentos o príncipe deverá ser generoso, em outros, ser cruel. Essas características apontadas por Maquiavel preparam o campo para criar a arte de governar, pois é feita com pequenos detalhes que são proporcionados pela *virtù*.

- I) A política é fundamental na vida dos homens, pois é por meio dela que todos os seres racionais subsistem de forma harmônica. Ela está presente no comportamento do homem, pois indica qual a maneira de se portar dentro de uma sociedade. Com análises e observações da realidade percebe-se que o caminho político que Maquiavel fez deixa claro que sem a política os homens não conseguiriam construir grandes impérios e nem sequer um pequeno povoado, menos ainda subsistir bem. É por meio dela que se julga o bem e o mal.
- II) No pensamento do florentino o objetivo é ensinar como um príncipe deve governar. É válido realçar que além desse propósito o filósofo destaca pontos importantes que valem não somente para a pessoa do príncipe, mas para todos os seres políticos. Ele se baseia na análise dos fatos e na história como mestra para os homens, vendo o que é preciso para manter-se no poderio. Dessa forma é esclarecido que sempre deve-se observar e estudar o contexto do tempo atual e o do passado, pois o conhecimento é um dos meios que um príncipe necessita ter para poder dominar e alcançar o fim desejado.
- III) Assim como a política faz parte da conduta do homem, o poder também tem uma ligação fundamental em relação ao comportamento do mesmo. Todos os homens desejam possuí-lo. Aqueles que o conquistam – seja pela *fortuna* ou pela habilidade – devem saber lidar com as circunstâncias, aprendendo a utilizá-lo. Caso contrário, acabarão por perdê-lo. No caso de um príncipe ele precisa da *virtù* – que tem características próprias – para saber dominar os eventos e as vicissitudes. Um bom governante necessita saber lidar com tais situações para não perder o domínio e nem tornar-se um usurpador. Pois um príncipe deve ser bom para os seus súditos, ou, ao menos, aparentar ser. E essa bondade se resume em não deixar faltar o que é necessário para seu povo, por mais que ele necessite usar a força física, isto é, a arte da guerra, e o conhecimento, que se baseia nas estruturas, nas leis e na educação.

O poder do pensamento de Maquiavel proporcionou novos preceitos políticos em sua época. E esses ainda influenciam na contemporaneidade, instigando políticos e pensadores sobre como comandar o Estado, como proceder ou não para se manter no poder. Nesse sentido, suas obras contribuem para o pensamento político, pois os conceitos próprios de como conquistar o Estado estão baseados no valor e na capacidade de uma eficaz ação política.

Neste sentido, o resultado é que os homens precisam observar e analisar os fatos de sua época e também revisar a história, para conhecer o que os antepassados fizeram para saber julgar o que é bom e o que é ruim. Com isso, saberá lidar com a política, afinal, todos os homens são seres políticos. Assim como Maquiavel fez e nos ensina também a fazer, o ser humano não pode estagnar-se apenas em informações propagadas por meios que buscam dominá-lo, mas deve sempre estar atento e pesquisar os fatos. Isto para não se acomodar ao que é oferecido, mas instigar e conhecer, pois é por meio do saber que o homem se torna livre.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís. São Paulo: Universidade de Brasília, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução: Amador Cisneiros. São Paulo: Escala, [2005?].
- COUTINHO, Victor Iage. *Fortuna, alteridade, política: entre Machiavelli e derrida*. **REVISTA ÍTACA**, Edição Especial, n. 19, agosto, Rio de Janeiro, 2012. p. 228-238. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ltaca/issue/view/27>>. Acessado em: 14 mar. 2020.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- FREITAS, Antonio Júnior. O pensamento político de Maquiavel. **Senado Federal**, v. 44, n. 174, abril/junho, Brasília DF, 2007. p. 205-211. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/141333>>. Acessado em: 22 mar. 2020.
- WINTER, Lairton Moacir. Ética e poder político n'O Príncipe de Maquiavel: viés interpretativo acerca da legitimidade do poder principesco. **Sofia**, v. 9 n. 1, janeiro/julho, Vitória ES, 2020. p. 238-256. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/25881>>. Acessado em: 20 out. 2020.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução: Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultura, 2004. (Os Pensadores)
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Discorsi**. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990.
- SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WERTHEIMER, Oskar Von. **Maquiavel**. Tradução: Herbert Caro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.